



IX ENCONTRO DA ABCP

Ensino e pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais

**Classificando ocupações em estudos parlamentares:  
uma tipologia histórica**

Adriano Nervo Codato (Universidade Federal do Paraná)

Luiz Domingos Costa (Revista Paraná Eleitoral)

Lucas Massimo (Revista de Sociologia e Política)

Brasília, DF  
04 a 07 de agosto de 2014

**Classificando ocupações em estudos parlamentares:  
uma tipologia histórica**

Adriano Nervo Codato (Universidade Federal do Paraná)

Luiz Domingos Costa (Revista Paraná Eleitoral)

Lucas Massimo (Revista de Sociologia e Política)

Resumo:

A história social da classe política brasileira contraria, à primeira vista, a tendência observada nas democracias consolidadas, cuja marca é a substituição do notável pelo político profissional. Estudos constataram que os senadores no Brasil tendem cada vez mais a serem recrutados no mundo dos negócios privados, possuindo carreiras políticas menos extensas e menos estruturadas. No caso dos deputados federais, já se demonstrou que no fim do século XX havia mais outsiders na Câmara Baixa do que políticos experientes. Duas explicações para o que está ocorrendo com o perfil dos representantes podem ser mobilizadas: 1) que o Brasil é um caso atípico de 'desprofissionalização' da classe política; ou 2) que os achados dessas pesquisas refletem uma imagem distorcida, produto de mensuração equivocada dos atributos sociais dos agentes. Nossa hipótese é que se trata de um problema de parâmetros de análise. O objetivo deste trabalho é propor uma tipologia alternativa para dar conta desse problema que é a classificação de profissões nos estudos de Ciência Política. Testamos o nosso modelo para ver sua coerência e sua capacidade de captar as transformações históricas da elite senatorial em mais de um século (de 1889 a 2010).

Palavras-chave: profissões; tipologia; senado brasileiro; perfil da elite; análise histórica.

A história social da classe política brasileira contraria, à primeira vista, a tendência observada nas democracias ocidentais. Nessas últimas, assistiu-se à substituição gradual e progressiva do diletante e do notável (aquele que se encontrava numa posição superior na hierarquia social, para o qual a política era uma ocupação secundária e os cargos no Estado tinham uma função mais honorífica que executiva) pela figura do *político profissional* (Weber 1994; Phélippeau 2001; Best & Cotta 2000a). No caso do Brasil, o caminho não foi tão linear.

Tome-se, por exemplo, o caso dos membros da Câmara Alta brasileira<sup>1</sup>. Tendo por referência dois indicadores, a) *ocupação profissional prévia à atividade parlamentar* e b) *extensão da carreira política/partidária*, a maior parte dos estudos disponíveis constataram que, com o passar do tempo, os senadores brasileiros tenderam cada vez mais a ser recrutados não na classe dos políticos profissionais, mas no mundo dos negócios privados. Esses senadores possuem hoje carreiras menos extensas e menos estruturadas que os representantes eleitos na I República (1889-1930)<sup>2</sup>. Ou seja, o fim da ditadura militar (1985), a promulgação de uma nova Constituição (1988), a rotinização das eleições para Presidente (1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014), a burocratização do trabalho partidário, a institucionalização das rotinas parlamentares, o aumento do eleitorado e da competição política, a especialização das campanhas, etc. não teriam exigido (ou não teriam produzido) uma “profissionalização” dos agentes políticos. Antes, o contrário. No caso dos deputados federais, Marengo dos Santos revelou que no fim do século XX havia mais *outsiders* na Câmara Baixa do que políticos experientes (Marengo dos Santos 1997), que essa era a realidade nos diferentes estados da federação e que isso valia, inclusive, para o perfil dos deputados de todos os partidos políticos (Marengo dos Santos 2005)<sup>3</sup>.

Evidências apontam a ocorrência, no início do regime republicano, de um elevado nível de *expertise* dos parlamentares brasileiros e um alto índice de políticos provenientes de profissões tipicamente liberais, como advogados (Perissinotto & Costa 2013)<sup>4</sup>. Durante o terceiro e quarto quartis do século XX há um declínio da experiência política no Senado brasileiro juntamente com o incremento de indivíduos provenientes de profissões mais técnicas, como contadores, engenheiros, economistas<sup>5</sup>. Depois da transição da ditadura militar para a democracia (1974-1985) e com a consolidação do novo regime político, os senadores brasileiros passaram então a ser recrutados majoritariamente entre empresários, com o declínio acentuado dos funcionários de

<sup>1</sup> O Poder Legislativo no Brasil, no nível federal, é exercido pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Somadas, essas casas compõem o Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados representa os eleitores individualmente. Já o Senado Federal representa os estados da federação e o Distrito Federal, que é a sede da capital do País, Brasília. Senadores brasileiros são eleitos segundo o princípio majoritário em turno único. O distrito eleitoral é o estado.

<sup>2</sup> Perissinotto & Costa (2013) analisaram a trajetória dos senadores brasileiros entre 1918 e 1937. Tomando como parâmetro o intervalo 1918-1930, o tempo de carreira médio variou de 25,5 a 30 anos até se chegar ao Senado Federal. O número médio de cargos até se atingir a posição de senador cresceu de 7,7 em 1918 para 9 em 1930. Silva mostrou que em 1990, por exemplo, 35,5% dos senadores menos de 8 anos de carreira política (Silva 2010, p.49).

<sup>3</sup> Em 1990, nada menos do que 58% dos deputados federais brasileiros estavam no primeiro mandato. Em 1994, somente 9,6% dos representantes possuía uma carreira de mais de 15 anos na política (Marengo dos Santos 1997), em especial Tabela 1 e Gráfico 1.

<sup>4</sup> Ver Tabela 1 adiante.

<sup>5</sup> No intervalo entre 1945 e 1965 havia no Senado Federal 2,4% de representantes vindos dessas novas profissões, contra 20,8% de advogados. No início dos anos 1980 aquele contingente já havia saltado para 13% (Codato et al. 2013). Para a ascensão dos diplomados em Economia e Engenharia entre 1987 e 2007 e sua divisão entre partidos de esquerda e de direita, ver (Neiva & Izumi 2012a).

Estado(Costa & Codato 2013, p.114; Costa et al. 2014; Araújo 2011; Neiva & Izumi 2012b, p.10)<sup>6</sup>.

Duas explicações diferentes para o que está ocorrendo com a classe política brasileira podem ser mobilizadas aqui: ou o Brasil seria um caso atípico de 'desprofissionalização' da classe política (carreiras curtas, noviciado político, recrutamento lateral, queda do contingente de representantes vindos das profissões liberais mais tradicionais); ou os achados dessas pesquisas refletiriam uma imagem distorcida, produto de categorização inadequada e mensuração equivocada dos atributos sociais e dos perfis de carreira dos políticos brasileiros ao longo do tempo. A pergunta que então deve ser feita é: essas percepções contraditórias são funções da realidade ou das predisposições dos observadores?

Nossa hipótese é que se trata de um problema de parâmetros de análise. Medidas convencionais que retenham, como é usual em estudos de elites, apenas a *última profissão exercida antes de se entrar na carreira política* produzem uma má compreensão do perfil social dos representantes. Principalmente se o critério for aplicado a largos períodos de tempo. Esse é um problema metodológico fundamental na nossa área de estudos e toda a discussão sobre princípios que comandam a estratificação política precisa explicitar essa dificuldade.

O objetivo deste paper é testar um modelo que consiga correlacionar a dimensão social (atributos sócio-profissionais) com a dimensão política (atributos de carreira) para explicar, de maneira contextual, a profissionalização política. Pretendemos, com isso, propor um caminho alternativo para analisar as mudanças de longo prazo no perfil dos parlamentares no Brasil.

Analizamos aqui os senadores brasileiros eleitos entre 1918 e 2010. O banco de dados desse experimento reúne informações sobre 639 indivíduos, que foram eleitos para 820 mandatos entre 1918 (31<sup>a</sup>. legislatura) e 2010(53<sup>a</sup>. legislatura)<sup>7</sup>. A unidade de observação são as biografias individuais e a unidade de análise são os mandatos. Assim, cada entrada no banco de dados se refere à carreira do indivíduo que ocupou aquele mandato, de modo a registrar, entre outras coisas, o aumento do tempo de carreira do mesmo indivíduo quando ele é reeleito.

O paper está dividido em três partes.

Na primeira parte procuramos demonstrar como classificações convencionais, baseadas em critérios descritivos, talvez não sejam as mais adequadas para compreender a transformação do perfil social de uma elite política ao longo do tempo.

Na segunda parte propomos uma tipologia alternativa para dar conta desse problema que é a classificação de profissões nos estudos de Ciência Política sobre elites.

A terceira parte testa o nosso modelo para ver sua coerência e a sua capacidade de captar as transformações da elite senatorial brasileira durante quase um século.

---

<sup>6</sup> Costa e Codato mostram que em 1990 havia nada menos que 39% de "empresários" no Senado do Brasil e que até 2010 esse número nunca foi inferior a 1/4 da Casa (Costa & Codato 2013).

<sup>7</sup> Durante a Primeira República brasileira (1889-1930) elegia-se três senadores por estado (20 estados) e mais três para o Distrito Federal, para um mandato de nove anos. A cada três anos ocorriam eleições nas quais se renovava um terço do senado. A eleição ocorria pelo sistema majoritário, sendo eleitos os três mais votados em todo o estado. A segunda Constituição republicana, de 1934, determinava que cada estado e o Distrito Federal elegeriam dois senadores para um mandato de oito anos. A Constituição de 1946 aumentou o número de senadores para três por estado mantendo o mesmo tempo de mandato. Essa regra foi confirmada pelas Constituições de 1967 e 1988. Atualmente cada estado e o Distrito Federal elegem três senadores, com mandato de oito anos. Essa representação é renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

## I. As classificações convencionais: uma tipologia descritiva

Uma forma muito usual de classificar ocupações em estudos de elites parlamentares é a utilizada no *EurElite Project* (Best & Cotta 2000b).

O *EurElite Project* reuniu, desde meados da década de 1980, uma rede de pesquisadores orientados para a investigação dos padrões de recrutamento político através do estudo do *background* social e do padrão de carreira dos indivíduos eleitos para os parlamentos nacionais de 11 democracias europeias<sup>8</sup>. O objetivo do *EurElite* era a comparação histórica das tendências assumidas pelo perfil da elite parlamentar na Europa desde 1848 até 1999. O principal problema era como reunir informações sobre tantos anos de história parlamentar em muitos países, cada um deles trajetórias bastante singulares. Além da dificuldade em coletar, seria preciso operacionalizar essas informações em uma base de dados manuseável, isto é, capaz de exprimir, com alguma clareza, a interdependência entre as mudanças na estrutura social e as transformações na representação parlamentar ao longo de 150 anos. Isso significava produzir generalizações a partir dos efeitos que a extensão do sufrágio, a emergência dos partidos de massa, os novos meios de comunicação, e as crises do Estado-nação tiveram sobre a representação parlamentar, em plano supranacional.

A solução adotada foi o *DataCube*. A sua função era homogeneizar em uma base de dados um conjunto de indicadores idênticos (ou equivalentes) que cobrissem os países investigados. O *DataCube* nada mais é do que uma representação da matriz de dados, capaz de organizar a massa de informações produzida por duas dezenas de pesquisadores em apenas três dimensões. A primeira dimensão cobre o conjunto de países ou famílias de partidos dos quais os parlamentares fazem parte; a segunda dimensão é o tempo e a terceira dimensão é formada pelo conjunto das variáveis mobilizadas no estudo. Desse modo a informação mensurada em cada variável poderia ser cruzada por país ou por partidos ao longo do tempo. As variáveis contêm dados sobre o *background* social dos parlamentares, informações sobre a escolaridade, ocupação prévia, idade em que chegam ao cargo, mas sobretudo, ela reúne dados sobre a carreira política prévia ao exercício do mandato, incluindo a passagem por cargos locais, posições de liderança partidária, a taxa de renovação parlamentar, etc.<sup>9</sup>

Com o *DataCube*, o projeto *EurElite* pôde contornar uma das principais dificuldades, que era a dispersão dos dados. A partir de então foi possível aperfeiçoar a compreensão sobre a relação mútua entre as mudanças sociais e as modificações na estrutura de oportunidades políticas de cada país em direção à maior democratização das oportunidades. Como era esperável, verificou-se uma enorme variância na forma como os indicadores localizados se comportaram nos 11 casos.

Todavia, quando se adota um ponto de vista mais geral, isto é, observando os resultados em séries temporais mais longas, foi possível confrontar as particularidades dos casos nacionais com mudanças regulares na composição social dos quadros parlamentares ao longo de quatro grandes períodos. O primeiro período vai de 1848 até a década de 1880, quando os parlamentares europeus possuem um perfil social muito próximo ao dos aristocratas do *ancien régime* (eles têm um nível educacional elevadíssimo com relação ao restante da população e são proprietários rurais). São os “dignitários”. O segundo período cobre cerca de quatro décadas (1880 a 1920) e é uma época de mudança na elite política. Os laços nobiliários deixam de ser um pré-requisito para a chegada ao parlamento e será nesse período que o antigo aristocrata rural sai progressivamente de cena com um aumento de um grupo de representantes

<sup>8</sup> Dinamarca, Alemanha, Itália, Holanda, Noruega, Reino Unido, França, Áustria, Espanha, Portugal e Finlândia.

<sup>9</sup> A descrição detalhada das 53 variáveis está no Apêndice do Capítulo 1 (Best & Cotta 2000a, pp.23–26).

políticos “semi-profissionais”, os advogados. Contudo, o processo é bastante gradual, já que a taxa de renovação parlamentar na maioria das eleições fica abaixo de 40% (Cotta & Best 2000, p.512) O terceiro período vai dos anos 1920 até a década de 1960, e essa é a era da democracia de massa. A partir da década de 1920 o processo de renovação da elite parlamentar é mais nítido. O recrutamento se torna mais representativo da estrutura social com a chegada de alguns novatos (*newcomers*) da classe trabalhadora. O percentual de parlamentares de colarinho azul (*blue-collar-worker*) se eleva em todos países, e é nesse período que a militância em grandes organizações partidárias e sindicais se torna um pré-requisito para o êxito na carreira parlamentar. É a época dos “funcionários de partidos”. Finalmente, a partir da década de 1970 a composição social das elites políticas europeias converge para um tipo de “classe média”. Ele possui um nível médio/elevado de escolaridade, chega ao parlamento por volta dos 40 anos, possuiu significativa experiência na vida política e, em geral, vive da profissão política. São os “políticos profissionais”.

Quadro 1. Tipologia dos legisladores - *EurElite Project*

1848-1880	1920-1960
<b>dignitário</b>	<b>funcionário de partido</b>
1880-1920	1970-...
<b>político semiprofissional</b>	<b>político profissional</b>

Fonte: adaptado de (Cotta & Best 2000, p.524)

Essa história da transformação do perfil da representação parlamentar pode ser contada a partir de quatro indicadores chave: *i*) grau e tipo de educação (diploma); *ii*) pertencimento ou não à nobreza; *iii*) setor econômico de origem (primário, secundário, etc.; e *iv*) *background* profissional ou social. Essa última variável foi considerada como indicador de posição social à época do *début* na carreira política. Segundo o modelo proposto pelo *EurElite Project*(Best & Cotta 2000b, pp.25–26), as 15 ocupações consideradas foram as seguintes:

#### **Social Background Indicators**

1. Noblemen legislators
2. Teachers/Professors
3. Journalists and other writers
4. Full-time, paid political party (or trade union) employees
5. Civil servants (Higher administrative-level, excluded military, judges, professors, and clergymen)
6. Public sector employees (All levels paid by public institutions)
7. Military persons, all levels
8. Priests, all clergymen
9. Lawyers, practising
10. Judges, Prosecutors
11. Primary sector, agriculture, fishermen
12. Blue-collar workers, industrial sector
13. Managers, ‘businessmen’

## 14. Professions other than the law

## 15. Small independent craftsmen and merchants (Best &amp; Cotta 2000a, pp.25–26)

Baseamo-nos nesta classificação de ocupações e aplicamos dois testes à nossa base de dados para averiguar seu rendimento analítico. Incluímos mais uma variável, “político profissional”, isto é, aquele indivíduo que nunca exerceu qualquer função efetiva fora da política. Essa variável estava ausente do modelo original, mas era imprescindível em função das especificidades da nossa população.

Tabela 1 – Distribuição dos senadores brasileiros por décadas segundo a profissão exercida antes do início da carreira política (%)

	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
1. Noblemen legislators	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Teachers/Professors	-	1,5	5,7	11,9	5,3	7,9	9,7	13,6	17,8
3. Journalists and other writers	7,2	8,8	5,7	5,1	12,3	7,9	12,5	7,3	7,4
4. Political party/trade union employees	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Civil servants	-	-	-	-	1,8	-	-	-	0,7
6. Public sector employees	1,3	5,9	4,3	1,7	3,5	2,2	6,9	5,5	7,4
7. Military persons, all levels	11,1	2,9	15,7	11,9	12,3	6,7	4,2	1,8	2,2
8. Priests, all clergymen	-	-	1,4	1,7	1,8	-	1,4	-	1,5
9. Lawyers, practising	39,9	36,8	24,3	22	24,6	23,6	16,7	15,5	8,9
10. Judges, Prosecutors	7,8	4,4	12,9	6,8	-	2,2	2,8	0,9	2,2
11. Primary sector, agriculture	1,3	-	8,6	5,1	5,3	2,2	4,2	3,6	3,7
12. Blue-collar workers	-	-	-	-	-	-	1,4	2,7	3
13. Managers, 'businessmen'	1,3	5,9	7,1	10,2	5,3	13,5	11,1	20	13,3
14. Professions other than the law	28,8	27,9	14,3	23,7	24,6	27	23,6	18,2	20,7
16. "Professional politician"	1,3	5,9	-	-	3,5	6,7	5,6	10,9	11,1
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100
99. Missing	1,9	2,9	-	-	-	-	-	0,9	0,7

Fonte: NUSP/UFPR; The observatory of social and political elites of Brazil  
As ocupações foram definidas a partir do *EuroElite Project*.  
N mandatos = 813 (7missing).

A dificuldade mais evidente aqui é a dispersão dos dados em função do elevado número de profissões consideradas. Mas esse é o menor problema. A variável “Professions other than the law”, que seria uma espécie de variável residual, possui, no nosso caso, valores sempre muito elevados. Isso porque ela compreende profissões que tradicionalmente fornecem muitos políticos no Brasil, como as profissões médicas (média de 11,77% no período considerado). Além disso, essa agregação de uma infinidade de profissões liberais num único rótulo esconde, por exemplo, “engenheiros” e “economistas”, não conseguindo documentar o ritmo de entrada desses ofícios mais técnicos e menos tradicionais na classe política nacional. A recorrência dos ‘Lawyers’ em toda a série (média de 23,5%), a constância dos “Journalists and other writers”, a presença vigorosa dos empresários (urbanos e rurais) nas legislaturas mais recentes pode nos levar a concluir, a partir da classificação convencional, pela resiliência dos mesmos grupos ocupacionais e, conseqüentemente, para um fechamento excessivo do mercado político às novas ocupações e às novas titulações. Daí a dificuldade

dessa agregação de ocupações em captar, no caso brasileiro, a confluência entre modernização (da sociedade), democratização (do mercado político) e profissionalização (dos agentes políticos). A presença mais significativa dos políticos profissionais, a partir dos anos 90 do século XX, só pode ser documentada graças à sua inserção no conjunto de variáveis, já que ela não estava prevista na lista original. 11% de políticos entre os Senadores nas últimas duas décadas pode inclusive ser um valor subnotificado em função da dificuldade das fontes fornecerem informações muito precisas. De toda maneira é um número maior que, por exemplo, “Lawyers” (9% na década de 2000).

Mas há outro conjunto de problemas que não dizem respeito à inadequação empírica das variáveis ao nosso universo, e sim a obstáculos de ordem metodológica.

A despeito do rendimento analítico das categorias descritivas para diagnósticos mais curtos no tempo, essas classificações convencionais oferecem especial obstáculo para análises diacrônicas. Essa dificuldade de captar mudanças temporais amplas se deve, entre outras coisas, *i*) à omissão por parte da classificação descritiva do peso político de cada profissão em cada momento histórico (certas profissões, em certos períodos, são autênticos viveiros de vocações políticas (Offerlé 1999, p.10), mas em outros não) e *ii*) do prestígio relativo de cada ocupação perante a outra. Trata-se da própria mudança de *status* das ocupações de origem num espaço social dado. Por exemplo: a partir dessa classificação descritiva, poderíamos ser levados a considerar que os “Journalists and other writers” teriam a mesma importância social na década de 1920 ou na década de 2010. Ser jornalista no final da República Velha (escritor eventual, publicista ou mesmo editor de um jornal partidário) significava algo absolutamente diferente, e muito mais valorizado, do que ser um radialista/apresentador de TV na democracia atual. O mesmo raciocínio vale para os pastores e padres, proprietários rurais, etc.<sup>10</sup> No entanto, a categorização descritiva do *EuroElite Project* permitiria concluir mais pela semelhança do que pela diferença entre as profissões de origem em períodos cronológicos distintos. Esse retrato pode ser então um borrão superficial (do ponto de vista sociológico) sobre quem são esses indivíduos em diferentes momentos históricos.

A própria categoria “Lawyer”, um tipo social onipresente nos parlamentos ocidentais e cuja caracterização seria, em princípio pacífica, não pode ser tomada de forma anti-histórica. Dezalay e Garth sublinharam a profunda transformação desse profissional no século XX. No Brasil, e em outros países importantes da América Latina, o advogado-publicista-intelectual (numa tradução bastante livre de *gentleman politician of the law*) deu lugar ao advogado-tecnocrata-especialista-globalizado (Dezalay & Garth 2002, pp.18–21). No parlamento brasileiro o “advogado” da década de 1950 é o mesmo “advogado” da década de 2000? Para complicar, essa variação diacrônica exige ainda que a agregação das categorias profissionais seja contextualizada levando-se em conta parâmetros que, na maior parte dos casos, não se mantêm os mesmos em diferentes países ou em diferentes configurações regionais.

Vejamos como a classificação por profissões do *EuroElite Project* se comporta no caso dos eleitos ao Senado Federal brasileiro entre 1918 e 2010 caso se divida esse intervalo em 4 períodos políticos distintos (e se introduza, assim, se não *contexto histórico*, ao menos uma referência temporal tangível). Esse cuidado é necessário porque entre 1920 e 2010 o Brasil teve três golpes de Estado (1930, 1945, 1964), cinco Constituições (1934, 1937, 1946, 1967, 1988), dois regimes partidários –

<sup>10</sup> Barman e Barman chamaram a atenção para a afluência de titulados nas escolas de Direito no Brasil depois de 1850 e seu impacto negativo sobre o recrutamento da classe política nacional. Se algumas décadas antes a graduação em Coimbra significava grande probabilidade de ingresso no círculo fechado da elite, com a relativa “democratização” do diploma, o recrutamento para posições políticas tornou-se mais seletivo e os empregos públicos passaram a depender mais de ligações familiares e do pertencimento a redes de influência (Barman & Barman 1976, p.444).



*pluripartidarismo* entre 1889 e 1937 (sendo os partidos principalmente regionais) e entre 1945-1965 e 1980 até hoje (sendo os partidos nacionais) e *bipartidarismo* entre 1965-1980 (durante a ditadura militar) – e um intervalo sem partidos políticos ou eleições (1937-1945). As rupturas institucionais e as constantes alterações nas normas que definem o jogo político tiveram efeitos sobre o processo de seleção de lideranças políticas

Na nossa cronologia, o primeiro período vai de 1918 a 1937, isto é, do auge da política oligárquica ao golpe de Estado que em 1937 abole os partidos, fecha as casas legislativas e cassa os mandatos parlamentares. O segundo período vai de 1945 a 1962 e cobre um importante ciclo da política nacional: a democracia “populista” que tem fim com o golpe militar de 1964. O terceiro período é o da ditadura militar até a fase de liberalização dos controles autoritários sobre o sistema político (1964-1982). O quarto, enfim, que vai de 1982 até 2010, abarca o período final da transição política, a consolidação da democracia liberal no Brasil e o regime atual. O coeficiente de contingência da Tabela 2 denota média associação entre as categorias de classificação do *EuroElite Project* e os períodos estabelecidos por nós. Os resíduos padronizados a diferença entre os valores esperados e os encontrados.

Tabela 2 – Distribuição dos senadores brasileiros por período político segundo a profissão exercida antes do início da carreira política. Valores percentuais (%) e resíduos padronizados (SR)

	I		II		III		IV	
	Primeira República (1918/1937)		Democracia Populista (1945/1962)		Ditadura Militar (1966/1982)		Nova Democracia (1986/2010)	
	%	SR	%	SR	%	SR	%	SR
1. Noblemen legislators	-	0	-	0	-	0	-	0
2. Teachers/Professors	0,4	(-4,1)	8,3	0	6,9	(-0,5)	14,9	3,9
3. Journalists and other writers	7,5	(-0,2)	7,1	(-0,4)	10	(-0,8)	7,8	(-0,1)
4. Political party/trade union employees	-	0	-	0	-	0	-	0
5. Civil servants	-	(-0,7)	0,6	0,9	-	(-0,6)	0,3	0,3
6. Public sector employees	2,7	(-1,2)	3	(-0,8)	3,1	(-0,7)	6,8	2,1
7. Military persons, all levels	8,4	0,8	13,1	2,9	8,5	0,6	2,0	(-3,3)
8. Priests, all clergymen	-	(-1,3)	1,8	1,6	-	(-1)	1	0,6
9. Lawyers, practising	38,1	4,5	24,4	0,3	20,8	-0,6	12,8	(-3,8)
10. Judges, Prosecutors	6,6	1,6	7,7	2,1	1,5	(-1,6)	2	(-1,9)
11. Primary sector, agriculture	0,9	(-2,1)	6,5	2,2	2,3	(-0,7)	4,1	0,6
12. Blue-collar workers	-	(-1,5)	-	(-1,3)	-	(-1,1)	2,7	3
13. Managers, 'businessmen'	2,7	(-3,4)	7,7	(-0,8)	12,3	0,9	15,2	3
14. Professions other than the law	27,9	1,5	19	(-1,1)	27,7	1,1	19,9	(-1,2)
16. "Professional politician"	2,7	(-1,8)	0,6	(-2,7)	6,9	0,7	9,8	3,2
99. Missing	2,2	2,2	-	(-1,2)	-	(-1,1)	0,7	(-0,3)

Fonte: NUSP/UFPR; The observatory of social and political elites of Brazil

Coeficiente de contingência = 0,440 (sig=0,000)

As ocupações foram definidas a partir do EuroElite Project.

N mandatos = 813/Missing = 7.

Para analisar a tabela acima, devemos comparar os valores percentuais das ocupações nas quatro colunas indicativas de cada período. Para a maioria das

profissões consideradas percebe-se elevada diferença entre as colunas e, portanto, heterogeneidade entre os períodos, o que é confirmado pelos valores positivos e negativos dos resíduos padronizados. Isso é especialmente válido para ‘Teachers/Professors’, ‘Lawyers’, Military persons ‘Managers, businessmen’, Blue-collar workers nas quais há alta variação a cada intervalo e oposição notável nos valores dos resíduos padronizados destacados.

Mas o que isso pode significar de sociologicamente relevante além daquilo que está explícito? Isto é, que o total de advogados despencou de 38% no início da nossa série para 13% quase cem anos depois? Ou que dificilmente encontramos ex-militares no Senado brasileiro? Ou que empresários aumentaram significativamente sua presença na elite política?

Como já sugerimos, categorias profissionais descritivas não conseguem perceber de modo mais nítido as mudanças morfológicas da classe política ao longo do tempo. Embora as variáveis sejam precisas (seu significado seja imediatamente reconhecível), elas são pouco reveladoras das transformações de longo prazo dessa população, já que descrevem atividades cujo *nome* se mantém constante ao longo do tempo, mas cujo *status* social e peso político mudam no espaço político conforme variam os períodos históricos. Portanto, não é possível transportar esses rótulos ocupacionais de uma fase histórica a outra sem atentar para os diferentes recursos políticos e extrapolíticos mobilizáveis pelos titulares dessas profissões. Nem esses recursos são idênticos, nem sua influência é a mesma ao longo de um intervalo significativo de tempo.

Há, como se vê, ‘Lawyers’ em todos os períodos políticos (mas especialmente no período pré-1937). Olhando exclusivamente para as ocupações, seríamos levados a pensar que os parlamentares eleitos nos períodos mais recentes (maior número de ‘businessmen’), passam a ser recrutados cada vez mais na alta sociedade, na “elite social”. Na realidade, os ‘Lawyers’ da República Velha podem pertencer à alta sociedade (como de fato pertenciam), ao passo que os empresários das legislaturas atuais podem ter uma origem mais abastada, mas combinada com uma carreira política extensa e com ativismo na vida partidária. Portanto, os valores de cada categoria profissional apesar de corretos podem errar a medição e a queda que se verifica no contingente de advogados e o aumento do número de empresários pode estar escondendo, por exemplo, a profissionalização política.

## II. Uma proposta alternativa: por uma tipologia sócio-política

A classificação acima e a interpretação sumária dos testes apresentados nas Tabelas 1 e 2 serviram para discutir as dificuldades de importação e aplicação não refletida de categorias de ocupação em estudos de elites. Boa parte das potenciais inconsistências dessas categorizações de profissões se deve ao seu uso abrangente e chapado.

A classificação que propomos a seguir é uma tentativa de escapar das armadilhas das categorias convencionalmente usadas nos estudos de elites. Trata-se de uma tipologia que procura contextualizar as distâncias sociais entre duas variáveis idênticas na terminologia – ‘Teachers/Professors’, ‘Journalists and other writers’, Civil servants, etc. – , mas afastadas no tempo histórico. Assim, a saída aqui esboçada prima por uma categorização que leva em conta, ao mesmo tempo, o peso do *status* social e do *status* político dos agentes políticos (na linha de (Matthews 1961)). Esse recurso deve permitir comparar as posições relativas entre as ocupações (ou entre os seus titulares) de forma contextual, isto é, conforme seu tempo e lugar. Essas duas dimensões (mais o *status* educacional, que ficará de fora) são as dimensões mobilizadas pelos estudos que se valem da discussão sobre profissionalização política para o enquadramento

das transformações nos padrões de recrutamento parlamentar. A inspiração fundamental deste nosso modelo foi Eliassen & Pedersen (1978).

De acordo com a clássica formulação de Weber, a substituição do notável pelo político profissional é simultânea à diminuição da importância do *status* social (prestígio, posses) e do aumento do *status* político do indivíduo (carreira, postos, vocação específica) como vetores de formação da elite eleita numa dada sociedade. Adotamos essas duas dimensões, adaptando esses dois vetores a tipos sociais específicos da história política brasileira. Os indicadores do modelo foram selecionados de modo indutivo a partir das peculiaridades do universo de senadores federais. Como a elite política senatorial era, na I República, altamente ligada às profissões liberais de prestígio e possuidora de uma carreira política extensa, percebemos que os indicadores simples de ocupação levariam à conclusão de que no Brasil com o passar do tempo os políticos se “desprofissionalizam”, já que o Parlamento passa a admitir não exatamente a figura típica do político profissional (tal como encontrada no *EurElite Project*), mas empresários, funcionários públicos, professores.

No nosso modelo *dimensão social* procura captar as variações entre os senadores a partir do indicador “**ocupação desempenhada antes de iniciar a carreira política**”, mas com uma diferença em relação à tipologia descritiva de ocupações. As ocupações foram divididas em dois grupos em função dos valores sociais que elas possuem no Brasil. Há profissões mais “nobres” que outras. Assim, a suposição é que advogados, empresários, médicos e diplomatas (todas profissões “de elite” no Brasil) chegam ao Senado com um *status* social mais elevado do que aqueles que desempenhavam ocupações de menor prestígio em comparação com aquelas (economista, engenheiro e demais profissões liberais não tradicionais).

A *dimensão política* combina, por sua vez, dois indicadores. O primeiro deles é **perfil ou orientação da carreira política**, mensurado a partir da quantidade de cargos municipais, estaduais e nacionais ocupados pelo indivíduo até sua chegada ao Senado. Se a maioria dos cargos do indivíduo se situa em plano nacional<sup>11</sup> inferimos que sua ambição é voltada para o jogo político em nível nacional. A situação inversa agrega os indivíduos cuja ambição se dirige para a política estadual/local.

O segundo indicador da *dimensão política* é a **vocação política**. Para aferir a ocorrência dessa qualidade na biografia dos senadores brasileiros mensuramos sua idade de estreia no primeiro cargo político e o tempo que eles dedicaram à vida política antes de serem eleitos para o Senado Federal. Esperamos com isso identificar a vocação para a política naqueles que começaram mais jovens e que dedicaram mais tempo a essa atividade.

O modelo analítico proposto é formado assim por três variáveis *dummy*:

- i) Profissão de elite: sim ou não (indicador de *status* social)
- ii) Perfil de carreira: nacional ou local (indicador de *status* político)
- iii) Vocação política: sim ou não (indicador de *status* político)

As combinações lógicas das seis qualidades nos levam a oito “tipos políticos” ideais:

tipo 1: indivíduo com carreira nacional, vocação política e com profissão de elite;

tipo 2: indivíduo com carreira nacional e vocação, mas sem profissão de elite;

<sup>11</sup> Consideramos de nível nacional os seguintes cargos: “Ministro”, “Presidente da república”, “Senador”, “Deputado Federal”, “Vice-presidente da República” e “Outros cargos nomeação burocracia federal”. De nível local ou regional vereador, prefeito, deputado estadual e secretário municipal ou estadual.

tipo 3: indivíduo com carreira nacional, profissão de elite, mas sem vocação política;

tipo 4: indivíduo com carreira nacional, mas sem vocação ou profissão de elite;

tipo 5: indivíduo com vocação e profissão de elite, mas com carreira local;

tipo 6: indivíduo com vocação, com carreira local, mas sem profissão de elite;

tipo 7: indivíduo com carreira local, com profissão de elite mas sem vocação;

tipo 8: indivíduo sem vocação, com carreira local e sem profissão de elite.

Em que medida esses tipos lógicos são também tipos históricos capazes de explicar a modificação dos perfis dos indivíduos que chegaram ao Senado brasileiro a partir de 1918? Os tipos se concentram num período político determinado ou se distribuem aleatoriamente ao longo do século XX? Esses indicadores – profissão, orientação da carreira e vocação política – são realmente adequados para captar as transformações históricas da classe política nacional?

Para responder a essas perguntas realizamos dois testes descritos a seguir.

### **III. Testando o modelo e corrigindo a tipologia**

Em primeiro lugar, procuramos testar se havia alguma coincidência entre esses oito tipos ideais obtidos pela combinação lógica das duas dimensões (política e social) e os dados das biografias dos senadores brasileiros no período estudado.

A Tabela 3 distribui os tipos políticos pelos mesmos períodos referidos na Tabela 2. Esses períodos recobrem, grosso modo, quatro regimes políticos: regime oligárquico (1ª. República), democracia populista (3ª. República), ditadura militar (4ª. República) e nova democracia (5ª. República). A “Segunda República” não aparece nessa lista porque se refere ao Estado Novo (1937-1945). Os parlamentos estavam fechados, as eleições abolidas e as carreiras políticas interrompidas.

Tabela 3 - Cruzamento dos tipos lógicos com os períodos políticos no intervalo analisado (N, % e SR)

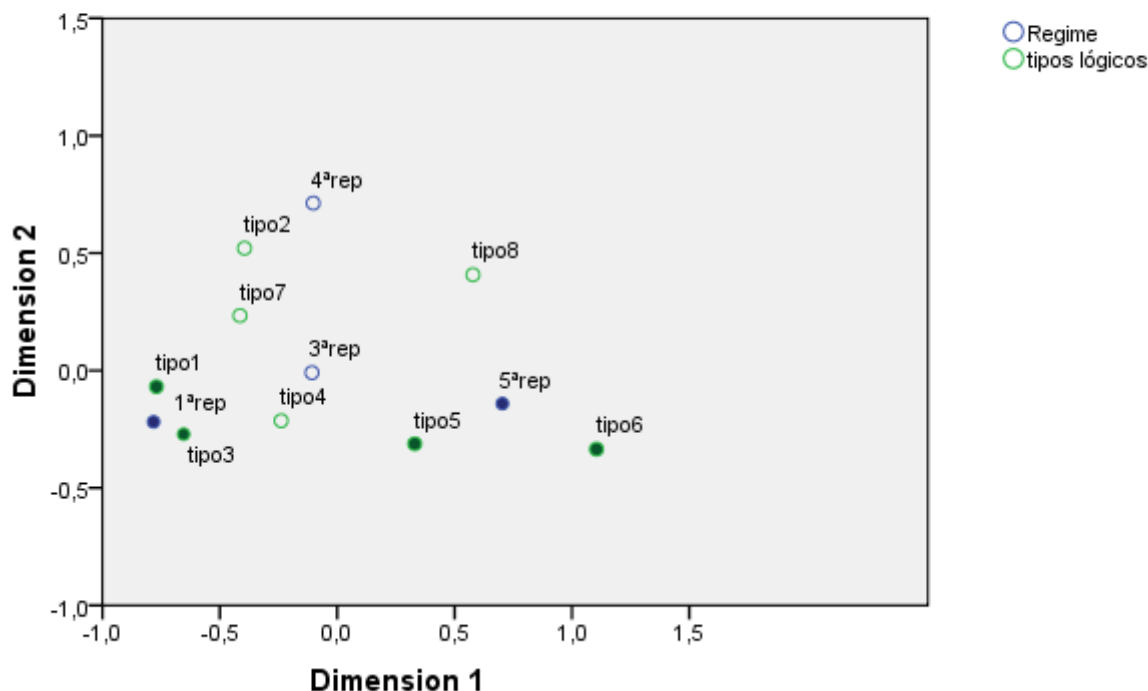
		Tipos políticos								Total	
		Tipo1	Tipo2	Tipo3	Tipo4	Tipo5	Tipo6	Tipo7	Tipo8		
Períodos políticos	<b>1ª República</b> (1918-1937)	n	22	20	44	59	15	6	41	19	226
		%	43,1%	30,3%	42,7%	34,1%	21,1%	6,3%	38,7%	12,3%	27,6%
		SR	2,1	0,4	2,9	1,6	(-1,0)	(-3,9)	2,2	(-3,6)	
	<b>3ª República</b> (1946-1962)	n	13	18	24	36	16	16	14	31	168
		%	25,5%	27,3%	23,3%	20,8%	22,5%	16,8%	13,2%	20,0%	20,5%
		SR	0,8	1,2	0,6	0,1	0,4	(-0,8)	(-1,7)	(-0,1)	
	<b>4ª República</b> (1966-1982)	n	8	14	14	24	8	10	22	30	130
		%	15,7%	21,2%	13,6%	13,9%	11,3%	10,5%	20,8%	19,4%	15,9%
		SR	0,0	1,1	(-0,6)	(-0,7)	(-1,0)	(-1,3)	1,3	1,1	
	<b>5ª República</b> (1986-2010)	n	8	14	21	54	32	63	29	75	296
		%	15,7%	21,2%	20,4%	31,2%	45,1%	66,3%	27,4%	48,4%	36,1%
		SR	(-2,4)	(-2,0)	(-2,7)	(-1,1)	1,3	4,9	(-1,5)	2,5	
Total	n	51	66	103	173	71	95	106	155	820	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: NUSP/UFPR; The observatory of social and political elites of Brazil  
N mandatos = 813 (+ 7 missing).

A concentração dos resíduos padronizados positivos e negativos mais acentuados na Primeira e na Quinta Repúblicas é a primeira característica que deve ser destacada. Essa tendência à concentração dos casos-tipo em regimes que se situam no início e no final do período estudado sugere que a tipologia proposta é sensível às modificações que afetam a elite senatorial brasileira ao longo do tempo, ainda que não seja completamente adequada.

Rodamos um teste de correspondência para verificar a proximidade entre os tipos lógicos e os regimes históricos.

## Symmetrical Normalization



Fonte: NUSP/UFRP; The observatory of social and political elites of Brazil  
Singular Value in dimension 1 = 0,351 (sig 0,000).

Tipo 1: Mass in dimension 1 = 0,276 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,333.

Tipo 2: Mass in dimension 1 = 0,080 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,036.

Tipo 3: Mass in dimension 1 = 0,126 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,153.

Tipo 4: Mass in dimension 1 = 0,211 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,034.

Tipo 5: Mass in dimension 1 = 0,087 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,027.

Tipo 6: Mass in dimension 1 = 0,117 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,402.

Tipo 7: Mass in dimension 1 = 0,129 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,063.

Tipo 8: Mass in dimension 1 = 0,189 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,025.

1ª Rep: Mass in dimension 1 = 0,276 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,480.

3ª Rep: Mass in dimension 1 = 0,205 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,007.

4ª Rep: Mass in dimension 1 = 0,159 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,009.

5ª Rep: Mass in dimension 1 = 0,361 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,508.

O teste revelou a correspondência entre os pontos que, no gráfico, foram grafados em cores azul e verde (cheias). O tipo 1 (carreira nacional, vocação política e profissão de elite) e o tipo 3 (carreira nacional, profissão de elite, mas sem vocação política) ficaram próximos da 1ª. República. O tipo 5 (vocação e profissão de elite, mas carreira local) e o tipo 6 (vocação política, carreira local, mas sem profissão de elite) ficaram mais próximos da 5ª. República.

Partindo disso refizemos a tipologia inicial e agregamos os tipos 1 e 3 em uma nova categoria, intitulada **novo tipo 1**, e os tipos 5 e 6, em uma nova categoria intitulada **novo tipo 2** (os restantes também foram agregados em novos tipos 3 e 4, mas eles serão desconsiderados pois não se mostraram relevantes estatisticamente). Assim, a classificação final chegou aos seguintes novos tipos:

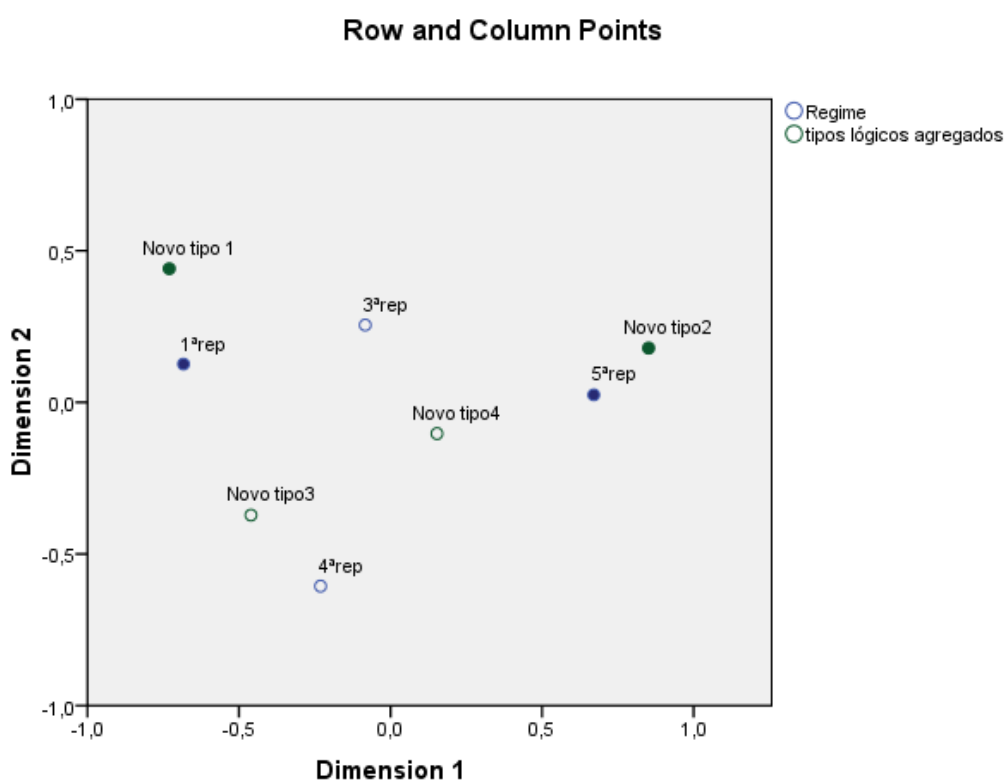
**novo tipo 1:** indivíduos com profissões de elite, com carreiras orientadas para a política nacional, com ou sem vocação política;

**novo tipo 2:** indivíduos com vocação para a política, sem distinção de *status* profissional (se de elite ou não) e com carreiras orientadas para o plano estadual.

O primeiro tipo novo fixa os valores da dimensão social, mensurada pela ocorrência de profissões de elite, e alterna os valores da dimensão política.

O segundo tipo mantém fixos a vocação para a política e as carreiras orientadas para os estados, mas alterna os valores da dimensão social, combinando em um mesmo grupo aqueles senadores que exerceram e que não exerceram profissões de elite no Brasil.

O teste a seguir apresenta o resultado da correlação entre os novos tipos e os regimes políticos nacionais.



Fonte: NUSP/UFPR; The observatory of social and political elites of Brazil

Singular Value in dimension 1 = 0,301 (sig 0,000).

Novo Tipo 1: Mass in dimension 1 = 0,188 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,333.

Novo Tipo 2: Mass in dimension 1 = 0,202 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,488.

Novo Tipo 3: Mass in dimension 1 = 0,210 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,148.

Novo Tipo 4: Mass in dimension 1 = 0,400 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,031.

1ª rep: Mass in dimension 1 = 0,276 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,428.

3ª rep: Mass in dimension 1 = 0,205 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,005.

4ª rep: Mass in dimension 1 = 0,159 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,028.

5ª rep: Mass in dimension 1 = 0,361 and contribution to inertia in dimension 1 = 0,540.

A análise de correspondência entre pontos equidistantes nas duas distribuições revela que o novo tipo 1 está mais próximo da 1ª República e que o novo tipo 2 está mais próximo da Quinta. Isso significa que a combinação não é apenas uma dedução lógica do modelo, pois ela se revelou capaz de acompanhar as variações político-sociais da população e sua afinidade ao menos com dois regimes, o oligárquico e o democrático.

Isso posto, podemos tentar entender mais *sociologicamente* a possível conexão entre perfil político e período político.

Nosso modelo está indicando que existem dois tipos característicos de profissionais políticos no início e no fim do período estudado e não a progressão ou a substituição de tipos (notável pelo profissional, oligarca pelo profissional etc.) como seríamos levados a concluir tendo presente apenas a variação na quantidade de profissões. Assim, não parece haver um político menos profissional no início dessa série e um mais profissional no final. Mas sim uma mudança nos atributos do profissionalismo político no Brasil.

Há quatro achados que valeria a pena destacar:

- i) profissões de elite (índice de *status* social elevado) provavelmente são muito importantes para tornar-se senador na 1ª República. Essa credencial poderia até substituir uma carreira política precoce;
- ii) na 5ª República não é imprescindível possuir *status* social elevado antes de se iniciar na carreira política para chegar ao Senado Federal brasileiro. Isso porque a fonte social de recrutamento é mais heterogênea e as condições de competição política, outras;
- iii) o localismo na 1ª República pode ser uma característica importante das carreiras políticas, mas não necessariamente no Senado, visto que, conforme os resultados do nosso modelo, os senadores passam mais por cargos no nível nacional;
- iv) vocação política (entrada na carreira jovem e tempo de permanência longo na vida política) parece ser um atributo necessário na 5ª República, mas não na 1ª.

## Conclusões

Procuramos lembrar como codificações das profissões prévias dos políticos podem levar não apenas a indexações que distribuem indivíduos por ocupações e produzem, a partir daí, um mapeamento sociográfico do universo estudado, mas como elas orientam as próprias explicações sobre processos de recrutamento e de profissionalização.

Apresentamos aqui uma proposta de classificação nova confrontando uma tipologia logicamente deduzida com os contextos ou os regimes políticos brasileiros no século XX. Ela se revelou potencialmente capaz de assimilar variações nos perfis das carreiras dos políticos e nos valores sociais (*status*) que as ocupações profissionais assumem ao longo da história parlamentar nacional. Assim, entendemos que uma classificação dos indivíduos baseada no duplo *status* (político e social) permite apreender melhor a dimensão histórica do recrutamento para o caso brasileiro.

De modo mais geral, esse trabalho *exploratório* sobre o rendimento e as dificuldades lógicas e metodológicas do emprego da variável “profissão” em estudos de elites parlamentares permitiu avançarmos três conclusões.

Em primeiro lugar, a de que a categorização das ocupações prévias à política parece ser necessariamente *ah hoc*, isto é, ela depende do contexto histórico para a qual é empregada.



A segunda conclusão é que classificações puramente descritivas oferecem recursos interessantes para interpretação de variações de categorias específicas em curtos períodos de tempo. Entretanto, a mesma classificação produziria, se fosse utilizada para o caso dos senadores brasileiros, uma inferência equivocada sobre a evolução e a substituição de tipos de ocupação de origem dos políticos.

Nesse caso, a terceira conclusão deste estudo aponta para o rendimento potencial da estratégia que conjuga uma lente teórica de longo prazo com indicadores mais sensíveis à história do caso analisado, isto é, contextuais.

Se estivermos corretos, a tese da baixa institucionalização da carreira política (Samuels 2003) e da “popularização” da classe política no Brasil (Rodrigues 2006) podem ser questionadas e o perfil de nossa classe política poder ser mais bem esquadrihado.

## Referências

- Araújo, P.M., 2011. Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006. *Política Hoje*, 20(2), pp.550–580.
- Barman, R. & Barman, J., 1976. The Role of the Law Graduate in the Political Elite of Imperial Brazil. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 18(4), pp.423–450.
- Best, H. & Cotta, M., 2000a. Elite Transformation and Modes of Representation since the Mid-Nineteenth Century: Some Theoretical Considerations. In H. Best & M. Cotta, eds. *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*. Oxford, England: Oxford University Press, pp. 1–28.
- Best, H. & Cotta, M. eds., 2000b. *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries.*, New York: Oxford University Press.
- Codato, A., Costa, L.D. & Massimo, L., 2013. Régimen político y reclutamiento parlamentario en Brasil: perfil de los senadores en la democracia y la dictadura. In *2º Reunión Internacional sobre Formación de las Elites*. Buenos Aires, Argentina: Flacso: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, p. 26.
- Costa, L.D. & Codato, A., 2013. Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos senadores da República. In A. Marengo, ed. *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 107–134.
- Costa, P.R.N., Costa, L.D. & Nunes, W., 2014. Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010). *Revista Brasileira de Ciência Política*, no prelo.
- Cotta, M. & Best, H., 2000. Between Professionalization and Democratization: A Synoptic View on the Making of the European Representative. In H. Best & M. Cotta, eds. *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*. Oxford, England: Oxford University Press, pp. 493–526.

- Dezalay, Y. & Garth, B.G., 2002. *The Internationalization of Palace Wars: Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin American States*, Chicago: University Of Chicago Press.
- Eliassen, K.A. & Pedersen, M.N., 1978. Professionalization of Legislatures: Long-Term Change in Political Recruitment in Denmark and Norway. *Comparative Studies in Society and History*, 20(2), pp.286–318.
- Marengo dos Santos, A., 1997. Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(33), pp.87–101.
- Marengo dos Santos, A., 2005. Still a Traditional Political Class? Patterns of Parliamentary Recruitment in Brazil (1946-2002). *Canadian Journal of Latin American & Caribbean Studies*, 30(60), pp.13–40.
- Matthews, D.R., 1961. United States Senators: A Collective Portrait. *International Social Science Journal*, 13(4), pp.620–634.
- Neiva, P. & Izumi, M., 2012a. Os “doutores” da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. *Revista de Sociologia e Política*, 20(41), pp.171–192.
- Neiva, P. & Izumi, M., 2012b. Os sem-voto do Legislativo brasileiro: quem são os senadores suplentes e quais os seus impactos sobre o processo legislativo. *Opinião Pública*, 18(1), pp.1–21.
- Offerlé, M., 1999. Professions et profession politique. In M. Offerlé, ed. *La profession politique: XIXe-XXe siècles*. Paris: Belin, pp. 7–35.
- Perissinotto, R. & Costa, L.D., 2013. Regime político oligárquico e profissionalização política: o caso da Primeira República brasileira (1889-1930). In 2<sup>o</sup> *Reunión Internacional sobre Formación de las Elites*. Buenos Aires, Argentina: Flacso: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, p. 20.
- Phélippeau, E., 2001. Sociogênese da profissão política. In A. Garrigou & B. Lacroix, eds. *Norbert Elias. A política e a história*. São Paulo: Perspectiva, pp. 185–208.
- Rodrigues, L.M., 2006. *Mudanças na classe política brasileira*, São Paulo: PubliFolha.
- Samuels, D., 2003. *Ambition, Federalism and Legislative Politics in Brazil*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Silva, R.S. da, 2010. *Senado: casa de senhores? Os perfis de carreira dos senadores eleitos entre 1990-2006*. Porto Alegre - RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Weber, M., 1994. The Profession and Vocation of Politics. In P. Lassman & R. Speirs, eds. *Weber: Political Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 309–369.

## Anexo 1

Gráfico 1. Distribuição dos senadores brasileiros por décadas segundo a profissão exercida antes do início da carreira política (%)

